



Pela promoção do património através de Living History: experiência de Marcha Histórica na Idade do Ferro

ANDREA MARIANI¹

NÍDIA TELES²

PEDRO PEREIRA³

1 CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»; Associazione di Promozione Sociale Popolo di Brig; Associação de Proteção ao Património, Arqueologia e Museus de Vila do Conde.

2 Associação de Proteção ao Património, Arqueologia e Museus de Vila do Conde.

3 Associação de Proteção ao Património, Arqueologia e Museus de Vila do Conde.

RESUMO

A recriação histórica, a história ao vivo e a arqueologia experimental têm sido usadas como meios de promoção da história e arqueologia locais, e como práticas interpretativas em museus e educação patrimonial. Neste artigo apresentamos o início de um projeto de história ao vivo e de arqueologia experimental, centrado na cultura castreja do Noroeste Peninsular. Além de promover o uso destas técnicas como ferramentas de educação e promoção do património histórico e arqueológico português, procuramos ainda estimular a sua investigação e discussão. Neste artigo expomos o desenvolvimento de uma primeira atividade – “Marcha Histórica” –, os seus resultados e problemáticas, e como estes métodos podem resultar em atividades didáticas e imersivas para o público.

PALAVRAS-CHAVE

Recriação histórica; história ao vivo; educação patrimonial; cultura castreja; arqueologia experimental.

ABSTRACT

The practice of historical re-enactment and living history, alongside experimental archaeology, has been beneficially applied to promote local history and archaeology, as well as to educational and museological purposes. This article presents the early stages of a project of living history and experimental archaeology concerning the Castro Culture. Our aim is to promote the usage of these techniques to educate and divulge Portuguese historical and archaeological heritage, thus stimulating research and discussion. Furthermore, we expose our experience developing our first activity – “Historical March” – up until its results and issues raised, and how it can result in didactic and immersive activities to the public.

KEYWORDS

Re-enactment; living history; heritage education; Castro culture; experimental Archaeology.

1. Introdução

A recriação histórica (*re-enactment*) entende-se como sendo a reprodução, da forma o mais fiel possível, da vida de períodos históricos passados (desde a pré-história até aos anos 70 do século XX), com o objetivo de divulgá-la através de uma espécie de “documentário vivo”. A história ao vivo (*living history*), por sua vez, surge como conceito associado à implementação destas práticas em contexto museológico, como ferramenta interpretativa e educativa¹. Já a arqueologia experimental entende-se como a pesquisa e análise (inclusive, a nível académico) de material, tecnologias e da execução de técnicas próprias do período tratado, com o objetivo de testar processos, mas também acrescentar e colmatar as lacunas deixadas pela arqueologia tradicional.

A combinação das práticas de recriação histórica e das práticas experimentais tem dado origem a experiências que se apresentam como autênticos laboratórios a céu aberto, e que surgem nos mais variados formatos. Exemplo das proporções que estes projetos de arqueologia experimental podem adquirir é o caso do Castelo de Guédelon, em França, a ser construído desde 1997, exclusivamente com recurso a teorias, técnicas e tecnologias de construção medievais.

Adicionalmente, os *Archaeological Open-Air Museums* são museus ao ar livre onde, com suporte na arqueologia, são implantadas reconstruções arquitetónicas à escala real, e em cujo ambiente se valoriza o património intangível, ao ser simulado e representado o quotidiano de determinada época² através do *living history*. Os *Archaeological Open-Air Museums* são representados internacionalmente pela EXARC, uma organização filial do Internacional Council of Museums (ICOM) que abrange ainda a arqueologia experimental. Segundo Paardekooper (2013, p. 23), esta prática museológica registou um crescimento acentuado a partir de finais dos anos 80 do século XX³, e apresenta-se difundida por toda a Europa em museus como o Pfahibaumuseum (Alemanha), o Lofort (Noruega), o Parco

1 O’Neil define três abordagens ao *living history* (história ao vivo): “Three distinct methods of living history have come to the forefront: immersive, demonstrative, and participatory.” (O’Neil, 2016, p. 28). Interessa compreender as suas definições de “modelo imersivo” e de “modelo demonstrativo”, uma vez que clarificam o nosso entendimento de recriação histórica e de história ao vivo (O’Neil, 2016, p. 28). Relativamente ao “modelo imersivo”, que afirma associado ao *re-enactment* (recriação histórica), avança: “These re-enactments recreate historical events based on the records and are heavily researched, with all aspects of the event analysed or rehearsed. [...] [The presenters] attempt to give an accurate representation of those events to the public.” (O’Neil, 2016, p. 28). E remata: “Immersive events are the closest thing to an actual re-enactment, because they focus solely on historical events and follow the historical record.” (O’Neil, 2016, p. 29). Por sua vez, “modelo demonstrativo” define as atividades habitualmente denominadas de *living history*: “Some of the conditions and demonstrations are not always based on an actual historical event, but rather are aimed at recreating cultural and material conditions at a particular time, and teaching people about those situations. [...] In these events, participants often engage in third-person historical presentations, where the interpreters are still their modern selves while portraying the lives of historical people. These demonstrations are more often called living history.” (O’Neil, 2016, p. 29).

2 Baseado na definição de *Archaeological Open-Air Museum* por EXARC (2008).

3 Segundo Paardekooper, em 2013, existiam cerca de 300 *Archaeological Open-Air Museums* na Europa, e atraíam, aproximadamente, seis a sete milhões de visitantes por ano.

Montale (Itália), o Poblado Cántabro de Argüeso (Espanha) ou o Iron Age Farm de Dongen (Holanda), só para nomear alguns⁴.

Na sequência do anteriormente exposto, lembramos a ação do arqueólogo Martins Sarmiento, que, em 1875, após uma escavação na Citânia de Briteiros (Guimarães), liderou a construção interpretativa de duas casas de planta circular, para o que usou as fundações originais (Paardekooper, 2013, p. 39). Embora hoje possamos questionar o resultado e o construir sobre a ruína, este foi um ato pioneiro e de acordo com o seu tempo. Mais tarde, outras interpretações à escala real foram construídas em Portugal, como são exemplo a Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), o Castro de São Lourenço (Esposende), o Castro de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso) e o Povoado de Cossourado (Paredes de Coura).

A Associazione di Promozione Sociale Popolo di Brig, fundada em 2004 e sediada em Itália, organizou, em 2009, uma “Marcha Histórica”, modo como apelidou esta experiência, que se encontra entre as primeiras do género realizadas em Itália, e cujo foco é a Idade do Ferro⁵. Além da atenção ao rigor histórico, esta atividade distingue-se pela sua abordagem científica e experimental, onde, através da simulação de uma caminhada, são testados temas desde o desempenho físico e a orientação no espaço, o transporte de materiais e comida, até à confeção de alimentos ao ar livre. Assim, deu-se início a um conjunto de diferentes experiências que se têm vindo a realizar, ininterruptamente, desde 2009 até ao presente, no Norte e Centro de Itália.

Aponta-se que a história ao vivo foi introduzida em Portugal na década de 80 do século XX, sendo apresentada como uma nova prática museológica e de ensino pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM) nos Colóquios APOM de 1996 e 1997 (Coelho, 2009, pp. 34-35), que, orientados para profissionais da museologia e da educação, foram o motor para os primeiros projetos de história ao vivo no País. Esta prática desenvolveu-se numa relação estreita entre a APOM e os serviços educativos e museológicos de instituições públicas, direcionando-se, exclusivamente, para escolas. Destas ações resultaram ainda conferências e colóquios, assim como a promoção de cursos de animadores culturais para este efeito (Coelho, 2009, pp. 39, 43)⁶.

4 Para mais exemplos, sugerimos a consulta do capítulo 2 da tese de doutoramento de Paardekooper (2013).

5 Mais informação sobre a Popolo di Brig pode ser encontrada em www.popolodibrig.it. Sobre a primeira e segunda experiências de “Marcha Histórica”, consultar Popolo di Brig (2009; 2011).

6 Sobre o papel da APOM e outras instituições na introdução e consolidação da história ao vivo em Portugal, aconselhamos a consulta da dissertação de mestrado de Coelho (2009).

À parte disso, os municípios começaram a recorrer à técnica de história ao vivo como meio de dinamização cultural e recreativa, desenvolvendo projetos enquadrados com o seu património local. É neste contexto que surgem as feiras e os mercados históricos em Portugal, direcionados ao público em geral, e para cuja prática, no nosso País, é comumente usada a designação recriação histórica⁷.

Hoje, estes eventos são recorrentes por todo o território nacional, inserindo-se nos programas turísticos das autarquias e atraindo numerosos visitantes todos anos. Porém, o que se observa, atualmente, é um desleixo quanto ao rigor histórico e uma repetição da oferta, por vezes descurando os períodos a serem retratados⁸. Evidencia-se o desequilíbrio entre o valor comercial e o valor educativo com que a técnica foi primeiramente introduzida no País, sendo que os grupos e profissionais que procuram abordar estas técnicas de um ponto de vista científico e pedagógico, mais rigoroso, encontram maior dificuldade em se inserirem nos parâmetros destes eventos.

Por considerarmos de grande potencial a prática da recriação histórica e da arqueologia experimental, propusemos elaborar uma modesta experiência – “Marcha Histórica na Idade do Ferro”. Com a realização desta atividade esperamos estimular o panorama português com a apresentação de um novo formato e uma diferente abordagem. Esperamos ainda promover o contacto, discussão e partilha entre profissionais deste meio, assim como inquirir o potencial destas experiências e a sua adaptação ao público, como forma de contribuir para a promoção e educação do património histórico e arqueológico português.

7 Importa esclarecer o uso dos conceitos história ao vivo e recriação histórica no contexto português. Segundo Coelho, “a designação «Living History» foi traduzida para o português como «História ao Vivo», segundo sugestão de Fernando António Baptista Pereira” (Coelho, 2009, p. 38), sendo depois adotada pela APOM para definir a “técnica de animação” direcionada ao público escolar, onde todos os presentes participam na caracterização e recriação de um evento ou momento histórico (Coelho, 2009, p. 69). Por esta razão, e ao ser registada pela APOM segundo as anteriores premissas, levou a que fossem adotadas “denominações como Recriação Histórica, Reconstituição Histórica ou Animação Histórica” para definir este tipo de eventos direcionados ao público geral (Coelho, 2009, p. 70).

8 A observação deste panorama geral da recriação histórica em Portugal é discutida por diferentes autores (Coelho, 2009, pp. 71-72, 95; Reis, 2013, pp. 305-307).

2. Início do projeto: “Marcha Histórica”

A atividade realizada, que intitulámos de “Marcha Histórica na Idade do Ferro”, reuniu, em parceria, a Associazione di Promozione Sociale Popolo di Brig (Itália) e a Associação de Protecção ao Património, Arqueologia e Museus de Vila do Conde (APPA-VC) (Portugal).

A Popolo di Brig, já antes apresentada, foca-se no estudo da cultura celta e lígures da segunda Idade do Ferro, no contexto de Itália. A associação tem sido o motor de uma vasta ação de valorização daquele património através da organização de *workshops*, conferências e eventos de recriação histórica, e no desenvolvimento de projetos de investigação e de arqueologia experimental, como são exemplo as anteriormente referidas marchas históricas. Com mais de 200 eventos realizados em diferentes países, a associação dedica-se, ainda, à divulgação e implementação da recriação histórica e de atividades experimentais para lá do seu país de origem.

Já a APPA-VC foi fundada em 1994, com o intuito de proteger, valorizar e divulgar o património histórico e cultural do concelho de Vila do Conde, através da investigação, manutenção e salvaguarda de sítios arqueológicos e da organização de conferências, eventos e ações educativas⁹. Destaca-se o seu papel na defesa e preservação do Castro de S. Paio (Laruge) e na salvaguarda e dinamização da Cividade de Bagunte¹⁰, assim como na prestação de serviço educativo às escolas do concelho, no qual inclui a história ao vivo como método pedagógico. Desde 1997, a associação recorre à arqueologia experimental para melhor compreender o material arqueológico que analisa, destacando-se a aprendizagem feita na área da cerâmica e da fundição.

Os esforços da Popolo di Brig em introduzir as marchas históricas em Portugal e o interesse da APPA-VC em acolher e organizar este tipo de atividade levou à criação de um núcleo de trabalho e à elaboração deste novo projeto. Definimos, à partida, tratar a Idade do Ferro, mais concretamente o período pré-romano da cultura castreja do Noroeste Peninsular, a qual se entende como a cultura material desenvolvida no Noroeste da Península Ibérica, desde o final da Idade do Bronze até à romanização¹¹. As razões que levaram a esta escolha prendem-se, em parte, com os âmbitos de atuação de ambas associações, mas principalmente com o nosso interesse em procurar colmatar as lacunas no que se refere à divulgação deste período histórico que, pelo seu valor de raridade e pela sua distinção no território nacional, consideramos necessário ser valorizado.

9 Mais informação sobre a APPA-VC pode ser encontrada em <https://appavc.wixsite.com/home>.

10 Sobre os contributos da APPA-VC, consultar APPA-VC (2019) e Pinto (2003).

11 A cultura castreja do Noroeste Peninsular foi largamente estudada por Armando Coelho da Silva, pelo que recomendamos a consulta de Silva (1986). Veja-se também González-Ruibal (2004) e García Quintela (2005).

Do grupo de trabalho criado fazem parte três *re-enactors*¹², autores do presente artigo, reunindo experiência e competências teóricas e práticas para a formalização do projeto. Esta equipa ficou responsável por organizar e preparar a atividade, garantindo a investigação, a produção de material e a realização e análise da experiência. Foi ainda destacada uma equipa de apoio para acompanhar na marcha, formada por membros da APPA-VC e também do Gabinete de Arqueologia das Câmaras Municipais de Vila do Conde e de Lousada, contando um total de cinco pessoas¹³. Este grupo ficou encarregado de registar fotograficamente e por vídeo o desenvolvimento da experiência, estando ainda preparado para agir em caso de necessidade de apoio ou auxílio.

Foi neste âmbito que, partindo do *know-how* da Popolo di Brig, e com a organização da APPA-VC, desenvolvemos a “Marcha Histórica”, inserida no contexto patrimonial do nosso território, e onde foram empregados e trabalhados materiais e contextos enquadráveis na Idade do Ferro, mais precisamente, com foco na II fase¹⁴ da cultura castreja do Noroeste Peninsular. Entre objetivos propostos e fases de desenvolvimento do trabalho, passámos por, numa primeira etapa, compreender e questionar que informação sobre a cultura castreja nos era oferecida pela história e arqueologia tradicional, e qual desse conhecimento, e como, podemos integrar na nossa caracterização. Envolveu também uma análise comparativa, uma vez que se verificou, desde cedo, a escassez de material arqueológico para o contexto que propusemos tratar. Uma segunda fase passou pelo planeamento da “Marcha Histórica”, com a elaboração de um enquadramento, das suas etapas e a recolha e criação de todo o material necessário à caracterização. Seguiu-se a realização da “Marcha Histórica”, com o principal intuito de testar a funcionalidade, comportamento e viabilidade dos diferentes equipamentos e utensílios empregados. Decorrida a “Marcha Histórica”, seguiu-se uma reflexão sobre o que foi experienciado e a consolidação desses resultados, tendo sido, por fim, discutido o valor científico destas experiências, assim como o seu potencial educativo e de promoção junto do público.

12 Optámos por utilizar o termo inglês *re-enactor*, no sentido daquele que interpreta e recria uma vivência passada.

13 A equipa, apresentada por ordem alfabética, foi composta por Ana Valentim (APPA-VC), Catarina Magalhães (APPA-VC), Luís Sousa (Câmara Municipal de Lousada), Paulo Costa Pinto (APPA-VC) e Pedro Brochado de Almeida (Câmara Municipal de Vila do Conde e APPA-VC), aos quais agradecemos a participação e todo o apoio, assim como o material fotográfico apresentado neste artigo.

14 Referência à divisão cronológica da cultura castreja em fases, segundo Silva (1986, p. 37) e Silva (1999, p. 2).

3. A “Marcha Histórica”

3.1. Enquadramento e programa

Vila do Conde foi, naturalmente, o palco da nossa primeira experiência. Neste concelho encontramos um grupo de povoados da Idade do Ferro, do qual se destaca, pela sua dimensão e posição central, a Cidade de Bagunte¹⁵. A norte, na sua envolvente imediata, implantam-se o Castro de Casais e o Castro de Argifonso, e logo, a delimitar, surge o rio Este. Num raio de cerca de 4 km, junto ao rio Ave, que emoldura o conjunto a sul, surgem os Castros de Santagões e de Santa Marinha de Ferreiró. O grupo encontra-se delimitado por ambos os rios a oeste, onde o Este desagua no Ave e onde, a cerca de 9 km da Cidade de Bagunte, desponta o mar.

Também a Cidade de Bagunte dista cerca de 2 km do rio Este e cerca de 4 km do rio Ave, o que, em estimativa, se traduz, respetivamente, em tempo percorrável a pé, em menos de meia hora e de uma hora. Dado este panorama, quisemos explorar estas relações físicas de proximidade que, por sua vez, indiciam possíveis relações de interdependência entre povoados. Ao aprofundar o nosso discurso, considerámos de interesse o trabalho de António Dinis, que trata, exatamente, estas distâncias de cerca de meia hora e de uma hora entre os castros e o rio, avançando que, estrategicamente, poderiam recorrer aos cursos de água como elemento delimitador do território sob influência, assegurando a área para exploração de recursos (Dinis, 1993, p. 169)¹⁶. O autor recorre ainda ao estudo de I. Davidson e G. Bailey ao indicar que: “segundo este modelo, as comunidades de agricultores usarão os recursos situados, preferencialmente, num raio de 5km, distância esta que transformada em tempo de marcha equivalerá a 1 hora.” (Dinis, 1993, p. 169).

Segundo esta base teórica, decidimos desenvolver a marcha neste contexto, ao valorizar e distinguir esta característica da organização do território na Idade do Ferro, que, segundo Dinis (1993, pp. 168-170), ocorre de forma generalizada no Baixo Ave. Assim, ao tomar a Cidade de Bagunte como ponto de partida, o Castro de Ferreiró pareceu-nos o ponto de chegada ideal. Em parte, porque este castro, na margem do rio Ave, encontra-se, exatamente, a esta distância média de uma hora da Cidade Bagunte, numa área de campos férteis, e em parte porque representa uma estratégia de assentamento junto aos rios, possivelmente para explorá-los com “fonte de abastecimento de água e de recursos alimentares e, talvez, como via de comunicação” (Dinis, 1993, p. 167).

15 Os estudos mais recentes indicam que, para a datação da ocupação da Cidade de Bagunte, “os materiais arqueológicos [...] apontam para uma cronologia que se situa entre o período La Tène e o fim do Império. [...] Esta situação [...] não invalida que a vida no castro tenha acontecido muito antes e que depois tenha perdurado muito para além da falência da cultura Castreja” (Almeida e Almeida, 2015, p. 61).

16 A par da preferência por zonas elevadas que proporcionavam defesa natural, Silva aponta a relação com as linhas de água como um dos critérios decisivos na implantação dos povoados do Noroeste Peninsular (Silva, 1986, p. 23). Segundo Silva, esta característica “revela que a selecção de locais para o seu estabelecimento estava também inteiramente relacionada com a economia de subsistência de cada comunidade” (Silva, 1984, p. 122).

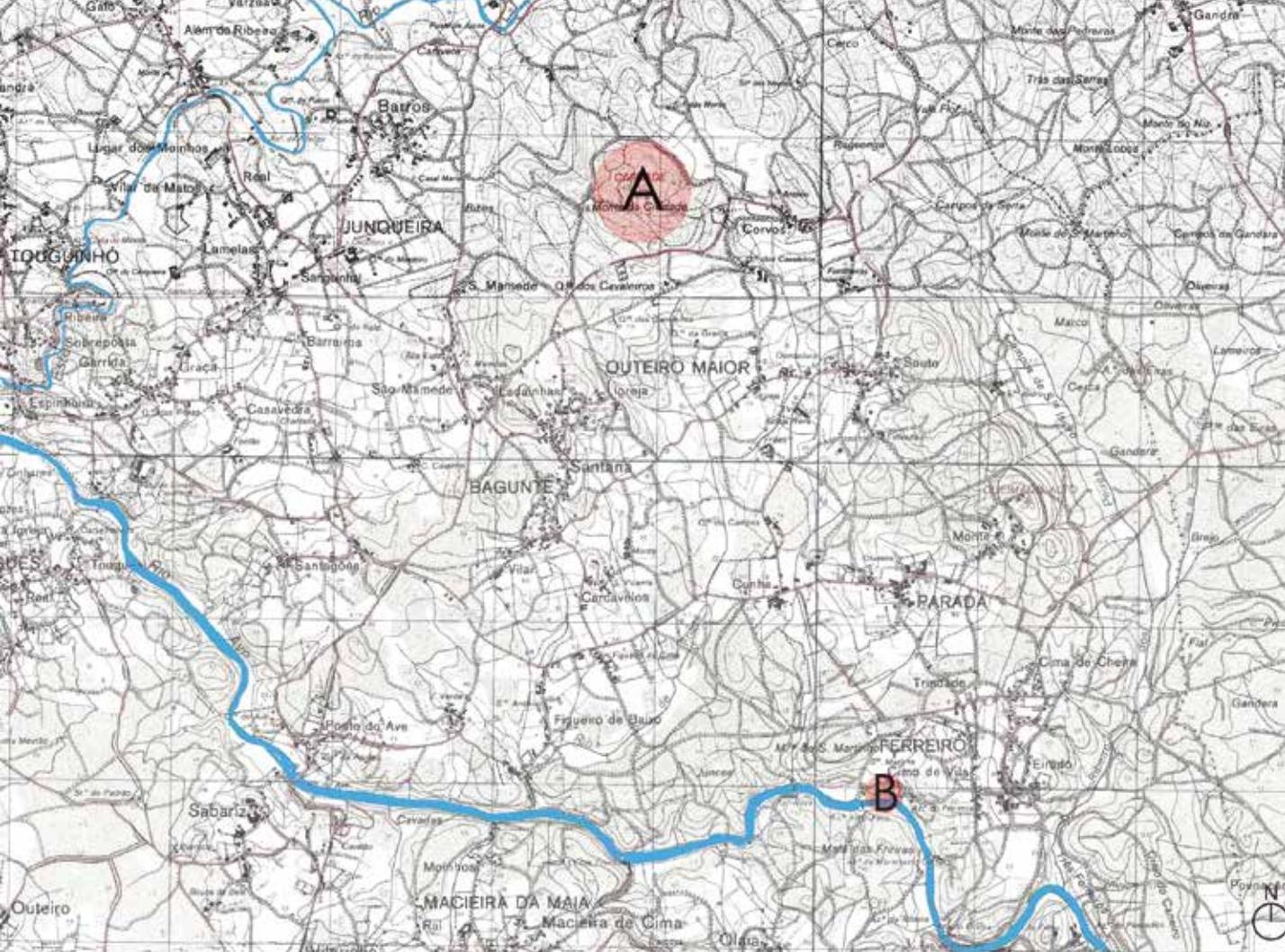


Figura 1 Relação entre a Cidade de Bagunte (A), o Castro de Ferreiro (B), o rio Este (a noroeste) e o rio Ave (a sul) sobre a Carta Militar de Portugal (Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), 1997a; 1997b).

Ao definir que a marcha se realizaria entre Bagunte e Ferreiro pretendemos com isto fazer com que se repensem e se valorizem estas relações que existiram entre os castros. Na definição do percurso para a marcha procurámos que fosse direto e intuitivo, pensando numa ligação acessível e prática entre a Cidade de Bagunte e o Castro de Ferreiro. Era ainda importante dar preferência a caminhos em terrenos naturais, mais próximos do seu estado primário, e evitar, principalmente, ruas e estradas calcetadas ou alcatroadas. Devemos esclarecer que a paisagem de Vila do Conde está profundamente alterada e intervencionada, e que, para além das zonas protegidas e das zonas de caça, onde em si reina o eucaliptal, poucos são os troços em estado natural, daí considerarmos incluir como opção viável o atravessamento das vastas zonas de cultivo atualmente existentes.

Neste sentido, foi traçado um percurso inicial com cerca de 5 km, ida e volta, que abrangia, maioritariamente, zonas de caça e campos de cultivo. Todavia, e por falta de reconhecimento prévio do terreno, encontrámos a maioria destes campos murados nos seus limites de propriedade, o que obrigou a desvios imprevistos e resultou num percurso indireto, no qual tivemos que recorrer a ruas e estradas.



Figura 2 Preparação para a atividade.



Figura 3 Partida da Cidade de Bagunte.



Figura 4 Pausa para refeição no Castro de Ferreiró.



Figura 5 Processo de produção de fogo.

9:20	Ponto de encontro na Cividade de Bagunte. Preparação dos participantes, colocação das roupas e acessórios, distribuição de material e alimentos e acondicionamento para transporte (Figura 2).
10:00	Partida da Cividade de Bagunte. O percurso seguiu, parcialmente, o plano original previamente traçado, em parte pela área protegida da Cividade de Bagunte, campos de cultivo e zonas de caça, porém, com algumas exceções, como já indicado, devido às limitações e impedimentos encontrados (Figura 3).
12:30	Chegada ao Castro de Ferreiró. Momento para pausa e lanche. Refeição ligeira composta por maçãs, pão, queijo, carne fumada e cerveja. Este momento foi ainda reservado para hidratação, dada a proximidade, simbólica, ao rio Ave (Figura 4).
13:40	Partida do Castro de Ferreiró. Realização do mesmo percurso no regresso.
15:00	Fim da “Marcha Histórica” e almoço. Dados os percalços no caminho, como indicado, que resultaram em atrasos, consentimos em terminar a experiência no sopé da Cividade de Bagunte, deixando a subida para depois da refeição. Seguiu-se um almoço e convívio com todos os participantes.
16:40	Subida à Cividade de Bagunte e produção de fogo. Fora do contexto do previsto para a “Marcha Histórica”, decidimos subir à Cividade e realizar uma sessão de produção de fogo. O método de ignição escolhido foi o da percussão, para o qual se utilizou ferro e sílex. Para fixar a fásca gerada pelo embate destes materiais, experimentámos, como acendalhas naturais, cogumelo e linho carbonizado. Após o surgimento da primeira brasa, esta foi cuidadosamente transferida para um monte de palha e folhas secas, gerando-se depois a primeira chama e, subseqüentemente, foram dispostos pequenos paus para que se transferisse a chama e se desse origem à fogueira (Figura 5).
18:00	Final das atividades e discussão geral sobre a experiência.

Quadro 1 Diário da atividade.

4. Caracterização: aparência física, material e equipamento

Uma das componentes mais relevantes na realização destas experiências é a caracterização dos participantes. A aparência física a ser transmitida deixará, indiscutivelmente, uma impressão no observador, passará a participar do seu imaginário e na assimilação do aspeto que começará a associar ao povo representado. Em razão disso, consideramos de maior importância que esta questão seja tratada com especial cuidado, que as opções tomadas sejam justificadas e que as dúvidas e interpretações hipotéticas apresentadas com abertura e clareza.

A caracterização desenvolvida para a “Marca Histórica” incluiu a elaboração das vestimentas, entre outros acessórios e equipamentos, e a aquisição criteriosa de objetos e materiais enquadráveis na cultura castreja. Para concretizar esta etapa, apoiámos o nosso estudo, primeiramente, nas fontes clássicas, na iconografia e nas evidências arqueológicas que concernem à cultura castreja, e, posteriormente, num estudo comparativo com outras culturas no contexto da Idade do Ferro, e também épocas anteriores, quando necessário.

Para esta primeira experiência, e uma vez que nos encontrávamos nos estágios iniciais de todo o projeto, centrámo-nos em criar o equipamento básico essencial, ou seja, todas as peças de vestuário necessárias, calçado, métodos de transporte e alguns objetos e acessórios.

Antes de avançarmos, considerámos apropriado expor as principais dificuldades que, logo à partida, foram encontradas. No contexto da cultura castreja, os vestígios arqueológicos perecíveis, como os têxteis, a madeira e o osso, os últimos surgindo residualmente quando já carbonizados, são escassos, se não nulos, muito devendo às condições ácidas do solo da região (Parcero Oubiña e Cobas Fernandez, 2004, p. 3). Além disto, não são conhecidos enterramentos (Parcero Oubiña e Cobas Fernandez, 2004, p. 3), o que nos impossibilitou de recorrer a esta via para observar interpretações mais concretas do uso de acessórios e adornos, que poderiam não só fundamentar opções interpretativas do uso das roupas, mas também recorrer a distinções, mais seguras, entre géneros e hierarquias¹⁷.

4.1. Tecidos e vestimentas

Para a elaboração da caracterização cingimo-nos ao uso de materiais identificados como de uso corrente na Idade do Ferro: o linho e a lã, e, para as cordas, recorremos ainda ao cânhamo¹⁸. Como já foi indicado anteriormente, durante a pesquisa não identificámos referências a vestígios arqueológicos têxteis no contexto do Noroeste Peninsular, embora encontremos referências a estes materiais em obras clássicas¹⁹, sendo que as identificações arqueológicas mais próximas são os vestígios de linho e lã encontrados em contexto ibérico²⁰. Assim sendo, recorremos, principalmente, a exemplares preservados na Europa Central²¹ para observar as tramas que surgiam nas malhas destes tecidos, e, assim, basear e enquadrar a nossa aquisição de material. A sua observação serviu ainda para identificar e replicar técnicas e pontos de costura²².

17 Parcero Oubiña e Cobas Fernandez apontam que a falta de contextos de enterramento são um obstáculo para a compreensão das dinâmicas socioculturais dos povos dos castros. E exemplificam: "It is important to remember the essential role of necropoli in analysing the social structure of many archaeological context; a good example of this is that in the general European context, the identity of Iron Age warrior elite is primarily reflecter in the necropoli from the period" (Parcero Oubiña e Cobas Fernandez, 2004, p. 4). Este problema foi já avançado por Andrea Mariani (2018a, 2018b, 2018c). Esta questão é também referida por Berrocal-Rangel e Dacosta Menéndez (2015, p. 106), que acrescentam: "debemos dejar claro que no podemos, por limitaciones de espacio y por capacidad informativa, pretender estudiar dichas industriales de manera separada, investigando si existía un "estilo" de vestir celtibérico, vacceo, astur o galaico, y no solo por estos imponderables "físicos", sino porque ni siquiera podemos afirmar que tales conceptos sean equiparables." (Berrocal-Rangel e Dacosta Menéndez, 2015, p. 107).

18 Exemplos destes têxteis foram encontrados nas minas de sal de Dürrnberg, na Áustria (Stöllner, 2005, p. 168).

19 São exemplos as referências ao linho na Península Ibérica por Estrabão (2016, pp. 3, 6) e Plínio (Pliny, s.d.).

20 No Sul da Península Ibérica, em contexto ibérico, foram encontrados restos de tecidos carbonizados de lã e linho, e também de esparto, comum na região (Prados Torreira, 2016, p. 99).

21 Existe uma relevante coleção de vestígios de têxteis pré-históricos encontrados na Europa Central e do Norte. São exemplo os têxteis preservados nas minas de sal de Hallstatt, na Áustria (Grömer, 2005), e os preservados nos pântanos de Huldremose, na Dinamarca (Grömer 2016).

22 Sobre pontos de costura identificados nas minas de sal de Hallstatt, consultar Mautendorfer (2005).



Figura 6 Pormenor de tecidos e costura baseados em achados pré-históricos.

As descrições feitas pelos autores clássicos à aparência física destes povos mostraram-se, também elas, escassas, possibilitando apenas uma descrição generalizada e uma interpretação global dos povos que habitavam a região Norte da Península Ibérica. Ainda assim, destacam-se as referências de Estrabão aos “habitantes das montanhas”²³: “Todos vestem de negro, a maior parte com saios” (Estrabão, 2016, pp. 3, 7)²⁴. Uma vez que, durante a investigação, foram também estudadas outras culturas da Península Ibérica, consideramos interessante a referência de Diodorus Siculus aos celtiberos, ao referir o uso de capas escuras: “They wear rough black cloaks, the wool of which resemble the hair of goats.” (Siculus, 1952, pp. 33, 2). Retomando Estrabão, o autor, logo a seguir, afirma que “as mulheres, por seu turno, apresentam-se com capas e vestidos floridos.” (Estrabão, 2016, pp. 3, 7). Apesar de curioso e de apresentar um valor distinto para a caracterização, não existem evidências arqueológicas²⁵ da sua aplicação em vestimentas, podendo tratar-se de motivos florais introduzidos no ato da criação dos panos ou posteriormente bordados ou, ainda, estampados por tingimento²⁶.

Relativamente à iconografia, destacam-se as estátuas dos guerreiros galaicos, que, notamos, apesar da sua abundância e riqueza de informação, são elemento representativo da classe guerreira. Estas estátuas detêm uma homogeneidade e consistência na sua representação, motivo pelo qual é apenas identificada a túnica como elemento básico de vestuário²⁷. Esta túnica é representada curta, com mangas curtas e decote em V.

23 Refere-se aos galaicos, ástures e cantábrios.

24 Note-se que Estrabão apresenta descrições bastante curiosas dos equipamentos dos guerreiros lusitanos, que em muito se mostram relacionados com as estátuas dos guerreiros galaicos. Porém, este não era o objeto de estudo do nosso projeto.

25 Referimo-nos também à ausência de elementos decorativos que sejam entendidos como “floridos” entre os estudos que consultámos sobre Cultura Castreja.

26 Todas estas técnicas são identificadas em tecidos da pré-história (Grömer, 2016, pp. 202-203).

27 Outro elemento que surge com alguma consistência é uma espécie de colete ou couraça. Porém, podendo ser parte do equipamento militar, optámos por não o explorar no contexto desta marcha. Como nota, apontamos que Estrabão, ao descrever os lusitanos, refere o uso de “couraças de linho” (Estrabão, 2016, pp. 3, 6).

Nas estátuas dos guerreiros de Outeiro Lesenho (Boticas), bastante semelhantes entre elas, identifica-se, claramente, a presença de barba, aqui representada curta, e ainda um cabelo curto. A mesma representação de cabelo curto surge na cabeça do guerreiro de Rubiás (Bande). Todavia, Estrabão descreve que deixariam “o cabelo cair pelas costas, à maneira das mulheres” (Estrabão, 2016, pp. 3, 7), indicando, então, um cabelo com considerável comprimento. Não deixámos de ter em consideração que as estátuas podem não ser uma representação fiel da realidade ou, em certos casos, estarem já contaminadas por influências romanas.

A estatuária feminina, por sua vez, além de reduzida em número é também ela pouco detalhada. Se atentarmos na estátua de Briteiros, representativa de uma mulher sentada, apenas se distingue o uso de um torque, sem qualquer outra informação clara relativamente à indumentária ou ao cabelo. Já na estátua de Carabeles, também ela de uma mulher sentada, encontramos a representação de cabelo, com uma repartição central, e a procura de representar os fios²⁸. Não é claro se Estrabão, ao referir o cabelo dos homens, os comparasse com a mulher greco-romana ou com a mulher indígena, e não faz qualquer descrição distinta para estas mulheres da região do Norte Peninsular. Porém, num capítulo posterior, anota alguns penteados elaborados usados pelas mulheres hispânicas²⁹.

Por fim, sobre este assunto, resta-nos referir que considerámos necessário incluir, como peças de vestuário, meias e proteções para as pernas. Nas estátuas dos guerreiros, mais propriamente nas originárias de Cabeceiras de Basto, encontrámo-los a envergar grevas como parte do seu equipamento, possivelmente feitas de um material resistente como o couro, linho reforçado ou até metal. Num exemplo celtibero, em Numância, a representação do *Vaso de los Guerreros* mostra também o uso de grevas como parte do seu equipamento, parecendo ainda representá-las como sendo presas à perna pelo tornozelo e abaixo do joelho. Apontámos este pormenor, pois, em Castro Laboreiro, o uso desta proteção é parte característica do vestuário etnográfico feminino, onde um pano de lã é, também ele, amarrado com cordão à perna pelo tornozelo e abaixo do joelho. É neste contexto, em que tinha utilidade nesta região para proteger não só do frio, mas também do mato, que considerámos importante incluí-las na marcha.

28 Encontra-se no Museo do Pobo do Galego, Santiago de Compostela (Espanha).

29 Estrabão, no capítulo referente à costa mediterrânica, descreve alguns dos penteados elaborados das mulheres, como exemplo dos costumes “bárbaros” presentes na Península Ibérica (Estrabão, 2016 pp. 4, 17).



Figura 7 Caracterização dos participantes.

Quadro 2 Caracterização do vestuário.

	Material	Elementos	Observações e referências
A	<ul style="list-style-type: none"> • Lã. • Linho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Túnica de linho simples de manga curta; • Grevas; • Meias; • Capa (transporte). 	<ul style="list-style-type: none"> • Túnica <i>reta</i> baseada nas estátuas dos guerreiros galaicos e em exemplos celtiberos, como a <i>Jarra del domador de caballos</i> (I a.C.), e iberos, como o <i>Héroe de El Pajarillo</i> (IV a.C.), e os <i>ex-votos</i> do santuário de <i>Collado de los Jardines</i>, Jaén (IV-III a.C.), e ainda em vários exemplos arqueológicos de túnicas encontradas na Europa, como Reepsholt, Marx Eztel e Oberaltendorf (Alemanha)¹; • Uso de linho claro para a túnica; • Grevas em lã inspiradas nas de Sodargs Mose (Dinamarca); • Meias em lã baseadas nas encontradas em Riesenferner/Vedretta di Ries (Itália)².
B	<ul style="list-style-type: none"> • Lã; • Linho; • Fio de linho para costura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Túnica simples de manga comprida (não usada); • Túnica <i>reta</i> de manga curta e decote em V; • Grevas; • Meias; • Capa (não usada). 	<ul style="list-style-type: none"> • Túnica <i>reta</i> baseada nas anteriores referências; • Uso de lã escura como referência às descrições de Estrabão e de Siculus; • Túnica curta, com decote em V e mangas curtas, baseada nas estátuas dos guerreiros; • Grevas e meias baseadas nas referências anteriores, embora as grevas se procurem assemelhar às de Castro de Laboreiro.
C	<ul style="list-style-type: none"> • Lã; • Linho; • Fio de linho e lã para costura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Túnica simples de manga comprida; • Vestido em tubo; • Meias até o Joelho; • Capa (transporte). 	<ul style="list-style-type: none"> • Túnica interior em linho claro, seguindo o modelo reto de manga comprida, baseada em exemplos iconográficos como o relevo ibérico, conhecido como <i>Danza Bastetana</i> ou <i>Relieve de la familia</i> (II-I a.C.)³ e na túnica encontrada na sepultura feminina de Les Martres de Veyre (França); • Vestido em tubo, tipo peplos, em lã clara; • Além de comuns no contexto greco-romano, os vestidos em tubo foram encontrados na Dinamarca, nomeadamente em Lonne Hede, Huldremose e Hamerum⁴; • Fibulas de ombro, como as encontradas na cultura castreja, surgem associadas a estes vestidos; • Meias altas em lã grossa baseadas nas encontradas em Les Martres de Veyre (França).

1 Sobre os achados de túnicas na Europa Central, consultar Grömer (2016, p. 381).

2 Sobre este achado, consultar Bazzanella, *et. al.* (2005).

3 Dada a falta de material da cultura castreja, foram várias as fontes iconográficas usadas como inspiração.

4 Exemplo de achado de vestido tipo tubo, cf. Grömer (2016, p. 386).

4.2. Calçado

Novamente, para o calçado encontrámos escassez de descrições ou vestígios no contexto em estudo. A referência mais próxima que encontrámos foram as sandálias em material vegetal, datadas do Neolítico, encontradas em Albuñol e Murcia (Hammersen, 2017, p. 229). Observámos ainda a estatuária representativa das “damas” iberas, como é exemplo a *Dama de Baza* (IV a.C.), e onde predomina a figuração de um calçado fechado. Sem mais referências para um calçado básico, e tendo em conta o terreno que contávamos encontrar, incontornavelmente baseámos o calçado nos achados de Hallstatt e Durnberg (Áustria)³⁰. Trata-se de calçado feito de uma só peça, normalmente em couro ou pele, que fecha ao ser passado um fio no seu perímetro e ata na parte superior do pé. Esta é, possivelmente, das tipologias de sapato mais difundidas, aparecendo já, em 3500 a.C., em Grotta di Areni (Arménia).

Se analisarmos ainda as estátuas de Cabeceiras de Basto, os guerreiros são representados a usar botas. Também em Sanfins é este o caso, embora com menos pormenor. As restantes estátuas analisadas, à exceção da do Castro de Monte Mozinho (Penafiel), representada descalça, carecem de parte das pernas e dos pés. As botas dos guerreiros de Cabeceiras de Basto apresentam cano acima do tornozelo e em ambas está representado um pormenor na parte posterior da bota, possivelmente a zona onde seriam atadas³¹.



Figura 8 Sapatos baseados em achados proto-históricos.

30 Sobre estes achados, consultar Grömer (2016, p. 418).

31 “Trata-se de botas que, sobretudo de acordo com o que nos mostra a representação do nº 28 [Santa Comba], são manifestamente de couro. Em todo caso, as linhas verticais em relevo poderiam indicar costuras.” (Schattener, 2004, p. 28).



Figura 9 Interpretação de botas baseadas nas estátuas de Cabeceiras de Basto.

4.3. Transporte

Para a marcha era essencial que transportássemos connosco comida e, em caso de frio, roupa extra, entre outros equipamentos. Por essa razão, decidimos testar dois tipos de transporte: a estrutura de madeira com saco de linho, tipo “mochila”, e a manta enrolada, presa ao corpo.

Foi com base nos achados associados a uma múmia encontrada nos Alpes de Otzäl, e datada do IV milénio a.C., que baseámos a construção da “mochila”. Estes vestígios correspondem a uma estrutura de madeira, formada por um ramo principal, de maior dimensão, previamente curvado, ao qual dois paus de madeira estariam amarrados por ambas as extremidades. Construída a estrutura, foi usada corda de cânhamo para fixar as diferentes peças de madeira, e cosidas duas alças em pele, sendo ainda atada uma bolsa de linho. O resultado obtido é muito semelhante a uma mochila moderna e, dada a sua robustez e resistência, foi o método usado para transportar comida e material mais pesado.

Para transportar peças de vestuário extra, assim como alimentos e objetos menos volumosos e pesados, e pensando também na hipotética necessidade de pernoita, foram usadas simples mantas de lã, enroladas e presas ao corpo. Assim, pouco antes da partida, dispostas as mantas no chão, foram colocados, ao centro, os elementos a transportar e, depois de dobradas, em forma de rolo e atadas as suas extremidades com uma tira de couro, foram colocadas a tiracolo.



Figura 10 Sistemas de transporte.

5. Observações e resultados

5.1. Algumas considerações

A fase de investigação ficou marcada pela dificuldade em encontrar material para caracterizar a cultura castreja pré-romana. A escassez de elementos arqueológicos perecíveis, tão importantes para esta primeira fase que abordámos, como as roupas, o calçado e utensílios de transporte, levaram a que fossem estabelecidas comparações e usadas referências de outras áreas da Europa.

Dando continuidade ao ponto anterior, durante a investigação apercebemo-nos da dificuldade em atribuir datações precisas a determinados achados, razão pela qual decidimos adiar a decisão de incluir adornos característicos da cultura castreja, como são exemplos as fíbulas e os torques. Tal deve-se ainda ao estágio inicial do nosso projeto, tanto pela necessidade de aprofundar o estudo neste sentido, mas também por implicar solicitar réplicas de qualidade a profissionais.

Uma das principais dificuldades que encontrámos na realização da atividade foi o percurso. Inicialmente, estava previsto que a travessia de 5 km entre a Cidade de Bagunte e o Castro de Ferreiro durasse, sensivelmente, uma hora, repetindo-se, depois, o mesmo tempo no regresso. Porém, devido aos desvios que foram necessários, como já anteriormente referimos, a marcha foi percorrida num total de 18 km, 8 km a mais que o previsto. O facto de terem sido percorridas estradas em pedra e alcatroadas descontextualizou o teste do calçado,

além de ter provocado maior desgaste físico. Para uma próxima atividade será importante evitar esta situação, pelo que prevemos trabalhar com a população local para indicar os melhores caminhos, assim como solicitar permissão para percorrer os campos de cultivo, tão predominantes na paisagem, e, não menos necessário, testar previamente o trajeto.

Queremos ainda notar que, e apesar do acima referido, o percurso apenas provocou uma fadiga dentro do normal para uma caminhada com esta duração. Porém, lembramos que é impossível comparar o nosso desempenho físico àquele que teria a população do período histórico que estamos a representar.

5.2. Resultados

As roupas usadas mostraram-se, em geral, bastante práticas e arejadas, além de adequadas à marcha. Destacamos o uso de proteções nas pernas, pois revelaram-se essenciais, com ótimo desempenho na presença de mato, particularmente o de tipo espinhoso. É importante referir que, para o dia ameno em que se realizou a caminhada, as meias e as grevas em lã não sobreaqueceram a perna.

Não existem indícios de que, neste período, seria utilizada roupa interior íntima, pelo que se verificou que a sua ausência provocou irritação cutânea entre as coxas.

Quanto ao calçado, os dois pares de sapatos mostraram-se, em geral, bastante confortáveis, maleáveis e adequados ao terreno natural. Notou-se, no entanto, que provocaram algumas marcas na pele na zona dos atilhos, pelo que o uso das meias de lã se viu justificado. Detetámos ainda que algumas variações na sua construção podem provocar alguns constrangimentos: apenas um dos sapatos deste género, ao não se adaptar bem ao pé e à sua distribuição, fez que com a fricção provocasse desgaste excessivo do material, chegando a atingir o próprio pé.

Por sua vez, de modo geral, as botas mostraram-se desconfortáveis. Além de pouco maleáveis, o que não melhorou com o uso, não permitiram ao pé respirar. Pondera-se que o uso de um couro tão espesso, assim como a sua própria construção, pouco maleável, tenham sido o principal fator. Certamente, é uma das questões que merece nova reflexão.

As mantas de lã enroladas como meio de transporte revelaram-se uma opção prática para transportar equipamentos leves, além de que própria manta de lã poderia servir de capa, caso necessário. Note-se que nelas foram transportadas roupas e peles, assim como objetos pequenos, permitindo que facilmente se adaptasse o rolo ao corpo e que o peso fosse distribuído. De destacar, porém, que uma das mantas usadas era menos comprida, e, havendo menos folga depois de posta a tiracolo, fez com que, em duas ocasiões, se soltassem as amarras. Adicionalmente, apontamos que estas podem provocar sobreaquecimento e suor excessivo.

Por fim, a mochila apresentou-se extremamente versátil. Além do saco de linho permitir transportar vários materiais, estes podem ainda ser atados à estrutura de madeira, como, por exemplo, peles enroladas. As dificuldades que foram detetadas focaram-se, principalmente, na distribuição do peso. É necessário que as alças sejam feitas à medida do utilizador ou que algum sistema permita o ajuste. Para carregar material de peso significativo uma opção seria incluir uma faixa que, amarrada na parte inferior da estrutura, fosse presa à cintura, contribuindo para uma melhor distribuição do peso.

6. Conclusão

A realização desta atividade permitiu não só questionar o que se conhece da cultura castreja, e que pode ser transmitido materialmente, mas também desencadear uma série de questões e problemáticas. As últimas levaram-nos a procurar respostas e a estabelecer relações com outras regiões da Europa, identificando soluções transversais que, dentro dos materiais que sabíamos disponíveis e das condições e necessidades que nos surgiam, se enquadravam no período em estudo e ofereciam resposta ao problema. É certo que, devido à escassez de material arqueológico pertencente à cultura castreja, muito dificilmente chegaremos a uma recriação exata e completa desta cultura. Porém, e como vimos, é possível encontrar soluções ajustadas e enquadráveis, mas, acima de tudo, ponderadas, justificadas e honestas na sua proveniência.

Baseámos o contexto da marcha nas questões de distância entre castros de um mesmo conjunto, neste caso particular entre a Cividade de Bagunte e o Castro de Ferreiró. Consideramos importante que, além de uma caracterização cuidada e rigorosa, o contexto da atividade seja, também ele, coerente e parte do conhecimento a ser partilhado, e aqui optámos por evidenciar as lógicas de apropriação do território.

À parte disto, consideramos que estas experiências são altamente versáteis e adaptáveis a novas temáticas que se pretendam abordar. Com o desenvolver deste projeto pretendemos expandir as marchas a diferentes questões teóricas, testar o comportamento dos equipamentos sob outras circunstâncias, por exemplo, em diferentes ambientes e condições climáticas, e, ainda, introduzir novas atividades, como a pernoita, a confeção de alimentos ao ar livre ou até mesmo a pesca. Inclusive, esperamos vir a contar com a colaboração de outros experimentadores e artesãos, com diferentes habilidades, para que se desenvolvam outras experiências em tarefas e ofícios enquadráveis na cultura castreja e para que se realizem réplicas segundo técnicas e processos adequados, a fim de analisar os seus usos e comportamentos.

Acreditamos que a experiência realizada se mostrou interessante e adequada a atividades abertas ao público, tanto a modalidade de marcha e a possibilidade de se estabelecerem

percursos entre castros, mas também a realização de sessões como a de produção de fogo, que cativou especial atenção e curiosidade. Estas atividades direcionadas ao público podem enquadrar-se em escolas, museus ou visitas guiadas a sítios arqueológicos, onde, além da informação facultada por um intérprete, seria facultada ao visitante a possibilidade de manusear objetos, explorar a cerâmica e os têxtis ou até experimentar alimentos ou bebidas da época, para dar alguns exemplos. Lembramos que estas atividades são ainda adaptáveis a diferentes propósitos educativos, a diferentes públicos-alvo e níveis de aprofundamento, podendo tratar-se de uma demonstração ou de uma experiência altamente imersiva onde o público poderá fazer parte da ação³².

A pensar na capacidade de alcançar um maior público, contámos com a equipa de apoio para realizar um registo fotográfico e de vídeo. O nosso objetivo passa por elaborar um pequeno filme a documentar a “Marcha Histórica”, com o intuito de apresentar os temas que foram tratados neste artigo, mas também usá-lo como ferramenta de divulgação do património de Vila do Conde. Através desta estratégia, e no âmbito de todo o projeto, esperamos elaborar diversos vídeos, expondo novas particularidades dos povos da Idade do Ferro do Noroeste Peninsular e diferentes sítios patrimoniais. Ainda dentro deste tema, planeamos criar vídeos com temática técnica que apresentem ofícios e modos de fazer, para que, disponibilizados *online*, além de informar, fomentem a curiosidade em explorar estas habilidades autonomamente e, assim, valorizar estas técnicas. Consideramos que este possa ainda ser um meio apropriado, e uma boa aposta, para criar conteúdo didático direcionado para crianças. Além disto, resultando do desenvolvimento e crescimento deste projeto, planeamos vir a desenvolver um aplicativo móvel onde seja possível aceder a uma rede de percursos com interesse arqueológico e histórico, e onde, além de disponibilizar informação interpretativa sobre os locais, seja ainda possível recorrer ao conteúdo visual criado durante as marchas históricas.

Esperamos, com o que foi apresentado, fomentar a discussão sobre o potencial da recriação histórica e da arqueologia experimental e como podem ser ferramentas úteis e dinâmicas na promoção e valorização do património. Esperamos, também, sensibilizar para a necessidade de expandir a colaboração a outros entusiastas, associações e concelhos, a fim de estabelecer uma maior participação e dinamização de diferentes monumentos, sítios arqueológicos e períodos históricos, para, com isso, gerar uma maior discussão, disseminação e crescimento das práticas de recriação histórica e de arqueologia experimental em Portugal.

32 Sobre esta questão, consultar Mariani (no prelo).

Referências bibliográficas

Almeida, C. A. B. e Almeida, P. B., 2015. Alguns Apontamentos sobre a Cividade de Bagunte – Vila do Conde. *Portvgalia*, Nova Série, 36, pp. 49-62.

Associação de Protecção ao Património, Arqueologia e Museus de Vila do Conde, 2019. *Campos de Trabalho Voluntário e Campos de Férias*. [em linha] Disponível em: <<https://appavc.wixsite.com/home/campos-de-trabalho-voluntario>> [Consult. 20 de abril de 2020].

Associazione di Promozione Sociale Popolo di Brig, 2009. *Sui Passi dei Celti*. [em linha] Brig: Associazione di Promozione Sociale Popolo di Brig. Disponível em: <http://www.popolodibrig.it/public/articoli/art_Marcia_Storica.pdf> [Consult. 15 de abril de 2020].

Associazione di Promozione Sociale Popolo di Brig, 2011. *Sulle Orme dei Celti*. [em linha] Brig: Associazione di Promozione Sociale Popolo di Brig. Disponível em: <http://www.popolodibrig.it/public/articoli/marcia_2011.pdf> [Consult. 15 de abril de 2020].

Bazzanella, M., Dal Ri, L., Maspero, A. e Tomedi, I., 2005. Iron Age Textile artefacts from Riesenferner/Vedretta di Ries (Bolzano/Bozen – Italy). In: Peter Bichler, Karina Grömer, Regina Hofmann-de Keijzer, Anton Kern e Hans Reschreiter, 2005. *Hallstatt Textiles: Technical Analysis, Scientific Investigation and Experiment on Iron Age Textiles*. Oxford: BAR Publishing. pp.151-160.

Berrocal-Rangel, L. e Dacosta Menéndez, N., 2015. Indumentaria y Estética Corporal Entre los Pueblos Hispanoceltas. Una Aproximación a la Cosmética Corpórea de la Edad del Hierro. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, 48 (Adorno e indumentaria en las sociedades del pasado y del presente. Sus significados), pp. 105-120.

Coelho, R., 2009. *História Viva. A Recriação Histórica como Veículo de Divulgação do Património Histórico e Artístico Nacional (1986 – 2009). Conceitos e Práticas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Dinis, A. P., 1993. *Ordenamento do Território do Baixo Ave I Milénio a.C.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Estrabão, 2016. *Estrabão, Geografia. Livro III: introdução, tradução do grego e notas*. Tradução de Jorge Deserto e Susana Marques. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

EXARC, 2008. *Definitions*. [em linha] Disponível em: <<https://exarc.net/about-us/definitions>> [Consult. 15 de abril de 2020].

Grömer, K., 2005. The Textiles from the prehistoric Salt-mines at Hallstatt. In: Peter Bichler, Karina Grömer, Regina Hofmann-de Keijzer, Anton Kern e Hans Reschreiter, 2005. *Hallstatt Textiles: Technical Analysis, Scientific Investigation and Experiment on Iron Age Textiles*. Oxford: BAR Publishing. pp.17-40.

Grömer, K., 2016. *The Art of Prehistoric Textile Making*. Viena: Naturhistorisches Museum Wien.

Hammersen, L., 2017. *Indigenous Women in Gaul, Britannia, Germania, and Celtic Hispania, 400 BC-AD 235*. PhD. Graduate Faculty of Bangor University.

Instituto Geográfico do Exército, 1997a. Carta Militar de Portugal. *Série M888*, Folha 83, 1:25.000. Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército.

Instituto Geográfico do Exército, 1997b. Carta Militar de Portugal. *Série M888*, Folha 97, 1:25.000. Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército.

Mariani, A., 2018a. A promoção da História para o “grande público” através de *living history* e arqueologia experimental. *História da Historiografia (Aula 104) – Licenciatura em História*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Não publicado.

Mariani, A., 2018b. Nuove frontiere della ricerca: archeologia sperimentale e living history come mezzo di promozione del patrimonio storico culturale. In: Grup de Recerca Consolidat en Estudis Medievals “Espai, Poder i Cultura” – Universitat de Lleida, *International Medieval Meeting*, Lleida, 25-28 de junho de 2018.

Mariani, A., 2018c. The promotion of cultural heritage through historical re-enactment and experimental archaeology: The Association EmCadeamentos. In: Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, *III Encontro Patrimónios, Artes e Turismo Cultural*, Porto, 17-18 de maio de 2018.

Mariani, A. (no prelo). The promotion of Castreja culture through Historical Re-enactment and Experimental Archeology: a proposal. In: Câmara Municipal de Santo Tirso, *Citânias e Cidades. As primeiras cidades do Noroeste Peninsular*. Santo Tirso, 20 de abril de 2018.

Mautendorfer, H., 2005. Genähtes aus dem prähistorischen Hallstatt. In: Peter Bichler, Karina Grömer, Regina Hofmann-de Keijzer, Anton Kern e Hans Reschreiter, 2005. *Hallstatt Textiles: Technical Analysis, Scientific Investigation and Experiment on Iron Age Textiles*. Oxford: BAR Publishing. pp. 41-45.

O'Neil, D., 2016. Experiencing History Where It Happened: Living History and Re-enactment as Public History Tools. *Vermont History Journal*, 89, pp. 26-33.

Paardekooper, R., 2013. *The Value of an Archaeology Open-Air Museum is in its use. Understanding Archaeological Open-Air Museums and their Visitors*. Exeter: Sidestone Press Dissertations.

Parcero Oubiña, C. e Cobas Fernandez, I., 2004. Iron Age Archaeology of the Northwest Iberian Peninsula. *E-Keltoi: Journal of Interdisciplinary Celtic Studies*, 6 (The Celts in the Iberian Peninsula), pp. 1-72.

Pinto, P. C., 2003. O Parque Arqueológico de Bagunte. In: Paulo Costa Pinto, 2003. *Encontros do Património de Vila do Conde (Actas)*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde. pp. 123-156.

Pliny, [s.d.]. *Natural History Liber XIX*. [em linha] Disponível em: <https://penelope.uchicago.edu/Thayer/L/Roman/Texts/Pliny_the_Elder/19*.html> [Consult. 15 de abril de 2020].

Prados Torreira, L., 2016. Women in Iberian Culture. Sixth-first centuries BCE. In: Stephanie Lynn Budin e Jean MacIntosh Turfa, 2016. *Women in Antiquity*. New York: Routledge. pp. 986-1007.

Reis, R., 2013. As recriações históricas em Portugal: perspetivas e impactos. In: Fernanda Cravidão e Norberto Santos, coord., 2013. *Turismo e Cultura: destinos e competitividade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 297-335.

Schattner, T. G., 2004. Novas aproximações às estátuas de guerreiros lusitano-galaicos. *O Arqueólogo Português*, S. 4, 22, pp. 9-66.

Siculus, D., 1952. *Library of History, Volume VII: Books 15.20-16.65*. Tradução de Charles L. Sherman. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Silva, A. C., 1984. A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal: Habitat e Cronologias. *Portugália*, 4/5 (Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste), pp. 121-129.

Silva, A. C., 1986. *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

Silva, A. C. F., 1999. A Cultura Castreja no Norte de Portugal. *Revista de Guimarães – Volume Especial*, 1, pp. 111-132.

Stöllner, T., 2005. More than old rags – Textiles from the Iron Age Salt-mine at the Dürrnberg. In: Peter Bichler, Karina Grömer, Regina Hofmann-de Keijzer, Anton Kern e Hans Reschreiter, 2005. *Hallstatt Textiles: Technical Analysis, Scientific Investigation and Experiment on Iron Age Textiles*. Oxford: BAR Publishing. pp. 161-174.